



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 362 - DE 16 A 30 DE AGOSTO DE 2008 - R\$ 2,00

**A inflação sobe e desce,
mas mantém preços altos.**

**É preciso lutar pela escala móvel dos salários
(reajuste automático, acompanhando a inflação),
e pela escala móvel de trabalho (divisão de
todo trabalho entre todos os aptos a trabalhar,
sem redução de salários).**

**A burguesia e seus políticos se revelam como
quadrilhas que dirigem suas instituições.**

**As massas devem lutar pelas reivindicações próprias,
com independência diante dos capitalistas e seus governos**

**Militares reagem contra punição aos torturadores dos
tempos da ditadura, e jogam mais lenha na fogueira da crise**

**Bolívia: Evo está
encurralado pela direita
e jamais será
capaz de enfrentá-la**

**Guerra dentro da ex-URSS:
Georgia sob ataques:
Pela autodeterminação
da Ossétia**

Tendências recessivas se mantêm. Tendências da inflação também, apesar do repique

Mudanças e contradições da crise

A situação econômica dos últimos meses está marcada pelos seguintes fatos: a) alta inflacionária e do custo de vida; b) mudança na relação da balança comercial (importação/exportação); c) déficit em conta corrente; d) reversão na política monetária de redução das taxas de juro (Selic); e) desaceleração do ritmo de crescimento; f) volta do crescimento da dívida pública; g) escassa elevação da taxa de investimento produtivo; h) aumento de subsídios ao grande capital. i) Quedas na Bolsa de Valores. Mantêm-se: a) endividamento crescente da população, principalmente da classe média; b) manutenção da taxa de emprego; c) alta de arrecadação de impostos; d) aumento do superávit fiscal; e) extraordinária lucratividade dos bancos e grande capital.

Observamos uma situação contraditória e mudança no quadro econômico que favoreceu o governo de Lula a partir do segundo ano de seu primeiro mandato. Antes a economia mundial se movimentava positivamente, com taxas médias de crescimento em alta, puxadas pelos Estados Unidos, China, Índia, Rússia e até certo ponto pelo Japão etc. Agora, encontra-se em desaceleração; e manifestam-se tendências recessivas na maior potência. Já não se tem a segurança de que a China e a Índia possam continuar com as altas taxas de crescimento. A evolução da crise nos Estados Unidos decidirá o desempenho econômico nesses países e no resto do mundo. A inflação mundial pressiona por todos os lados. As potências se vêem diante do dilema de conter a explosão da alta dos preços, pagando com a retração, ou manter o desempenho comercial, pagando com a alta inflacionária. A economia do Brasil depende inteiramente da evolução dessa situação contraditória. O otimismo do governo de que o Brasil estava imune à crise imobiliária nos Estados Unidos se desvaneceu logo que se verificou sua extensão mundial.

O pagamento dos juros da dívida pública que chega a quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) condiciona as iniciativas do governo. Está obrigado a ter um superávit primário acima de 3,5% do PIB. Para isso, a economia deve continuar em alta,

a exportação tem de ser bem maior que a importação, as entradas de recursos financeiros não podem perder para as saídas e as reservas cambiais devem se agigantar, ainda que tragam enormes prejuízos para as contas públicas. O Brasil tem sustentado o alto endividamento se submetendo mais e mais ao capital financeiro internacional e protegendo os interesses das multinacionais, que obtêm incentivos fiscais, vantagens trabalhistas e que auferem grande lucratividade. As empresas nacionais de porte médio e grande servem na Bolsa de Valores de instrumento especulativo. O que explica, em última instância, o jogo de sobe e desce no valor das ações. A moeda brasileira, o Real, foi levada assim a um patamar artificial de valor frente ao dólar. Os economistas do governo já reconhecem que a “macroeconomia” não está tão sólida para manter as relações que presidiram os quatro primeiros anos do governo Lula. As mudanças e os abalos na economia mundial trincaram o seu chão. As rachaduras poderão se ampliar.

Inflação tem pequena queda, mas mantém tendência de alta

Houve um arrefecimento do avanço inflacionário, com a queda nos preços das “commodities” e do petróleo. A especulação com alimentos e matérias primas se mostrou desenfreada. A balança comercial do Brasil depende dos preços elevados dessas mercadorias, que mais pesam nas suas exportações. Mas, em contrapartida, deve arcar com a importação da inflação e com as pressões internas do consumo baseado no endividamento da população. O Real valorizado favorece as importações enquanto prejudica as exportações, que tendem a ser afetadas ainda mais pela desaceleração mundial. O Banco Central voltou à política de juros altos, em nome da inflação. Favoreceu os credores da dívida pública, que voltou a crescer, e a toda sorte de especuladores. O sindicato da indústria (Fiesp), que tem sido crítico aos juros altos, acabou apoiando a decisão do Banco Central. Toda burguesia comunga com a idéia de que o mal maior é a volta da inflação. Mas a sua fração industrial aceita esse pressuposto até o momento em que se configure uma reces-

são. Os índices de crescimento da indústria continuam positivos, valendo-se da política financeira de endividamento de uma camada da população, que tem permitido a indústria automotiva atingir a marca de dois milhões de veículos. O gigantesco excedente de capital financeiro inaplicável na produção teve e tem de ir para o consumo na forma de crediário a longo prazo. O que tem sido possível pela taxa de desemprego em baixa nos últimos anos. O mesmo ocorreu nos Estados Unidos com o setor da construção civil. As pressões recessivas mundiais e os desequilíbrios no comércio externo poderão comprometer os artifícios financeiros que sustentam o crescimento econômico.

Uma montanha de dinheiro é sugada do país e enviada ao exterior

Nos últimos quatro meses, as multinacionais e banqueiros enviaram para suas matrizes US\$ 15 bilhões. As remessas de lucro, dividendos e repatriação de capitais especulativos têm se intensificado nos últimos anos. Com a crise nos Estados Unidos e seus reflexos na Europa, tudo indica que essa tendência se agravará, como comprova a drenagem do montante de US\$ 15 bilhões. As contas externas do Brasil estão sendo duramente afetadas pela expatriação de recursos dessa ordem. A retomada da elevação das taxas de juro pelo Banco Central tem a ver não só com a inflação – medida que coibiria os empréstimos e o consumo – mas também, e principalmente, com a necessidade de manter os especuladores na Bolsa de Valores e como compradores dos títulos públicos.

O centro da política econômica do governo – com anuência de toda burguesia – está no superávit primário e na garantia de pagamento de juros com alta remuneração. Por enquanto, o governo não precisou mexer nas reservas cambiais, o que indica que a crise está apenas no começo. O FMI tem em vista esse risco, pois não se pode controlar as tendências anárquicas da crise aberta pela bancarrota dos empréstimos no setor de imóveis (sub prime) nos Estados Unidos. Vem pressionando o governo Lula a fazer novas “reformas”, que resultem em cortes nos gastos públicos. Reformas significam mais sacrifícios aos trabalhadores.

Fracasso da Rodada de Doha

A virada da diplomacia brasileira na Rodada de Doha evidenciou as pressões do grande capital sobre o governo Lula. Estava claro que os Estados Unidos e Europa manobravam para arrastar as semicolônias a abrirem ainda mais seus mercados. Não significava nenhuma concessão dos gringos reduzirem os subsídios agrícolas a US\$ 14,5 bilhões. Os Estados Unidos fazem o que querem. Não respeitam regras criadas por eles próprios na Organização Mundial do Comércio (OMC). Conta para isso com apoio das demais potências. Celso Amorim advogou pelos interesses do imperialismo junto à China, Índia e Argentina. Concordeu com a exigência dos norte-americanos e europeus de realizar cortes tarifários para bens industriais em média de 54%. As semicolônias não recebiam nada de concreto, apenas o teto de subsídios para os Estados Unidos, que hoje estão próximos a US\$ 9 bilhões. A União Européia manteria um teto de 24 bilhões de euros, mesmo cortando em média 70% nos subsídios.

Lula viu nas migalhas e miragens numéricas mais equilíbrio nas negociações. Mas não foi o que viram os demais componentes do Grupo dos 20, que se acharam traídos pela capitulação de burguesia brasileira. As potências teriam não só vantagens com a redução das tarifas comerciais como também com a abertura de mercados agrícolas na China, Índia e Indonésia. Os produtos agroindustriais subsidiados pelos Estados Unidos invadiriam esses países e arrebentariam sua atrasada agricultura. As Rodadas da OMC têm fracassado uma após outra, a não ser a Rodada Uruguai, que terminou em um “acordo” de abertura comercial para bens industriais totalmente favoráveis às potências, regulamentação das patentes de proteção aos monopólios e promessa de novas Rodadas em torno dos produtos agrícolas. É falso que haja negociações entre potências e países capitalistas atrasados. O que há, de fato, é imposição do imperialismo. O fracasso das posições das potências revela a crise que se desenvolve em âmbito mundial. Os interesses do imperialismo serão impostos à força.

Crise econômica e crise política

As alterações na conjuntura econômica do Brasil não chegaram ao ponto de abrir uma crise governamental em torno de que caminho tomar a política econômica, que medidas e a quem favorecer. Dessa forma, Lula continua a ter apoio do conjunto da

classe capitalista, o que não impede de ocorrer críticas e conflitos pontuais por parte de grupos econômicos.

O consentimento da Fiesp à elevação da taxa Selic, a concordância dos empresários na participação do governo na Rodada de Doha e as comitativas internacionais que Lula vem realizando para atender os interesses comerciais dos exportadores tem assegurado ao governo a anuência da burguesia.

O Congresso tem se encarregado de dar sua contribuição pressionando o governo a admitir concessões aos latifundiários e à agroindústria, a exemplo do alívio à dívida desse setor. O crescimento econômico de 5% e a farta arrecadação de impostos dão margem de manobra ao governo e permitem retardar o avanço da crise política. Mas se os fatores econômicos não se transbordaram em crise, os choques internos que permearam todo o primeiro mandato de Lula permanecem. O mais recente é o caso do banqueiro Dantas, do grupo Opportunity. Expôs as disputas gangsteris entre empresários ligados às privatizações das telecomunicações, o envolvimento do governo e da maioria dos partidos no Congresso. As investigações da Polícia Federal puseram à luz do dia apenas uma fresta do que se passa nos bastidores do Estado, no qual se movimentam os jogos de interesse, e o que se passa nas transações do capital financeiro em conexão com os paraísos fiscais e com as quadrilhas de doleiros que lavam dinheiro sujo. Bastou apenas uma fresta para que setores da burguesia se movimentassem contra os tais dos “excessos” e se produzisse divisões entre o Judiciário e a Polícia Federal.

O STF, juntamente com o Congresso e o governo puseram fim nas investigações e protegeram setores inteiros do capital financeiro e grandes interesses de especuladores, fraudadores etc. Nem bem a crise do Opportunity foi abafada, a Audiência do ministro da Justiça sobre os Direitos Humanos abriu nova contenda com os militares que não admitem que se toque em um só fio de cabelo dos torturadores dos porões do regime militar. Os generais da ativa e o ministro da Defesa Nelson Jobim achincalharam o ministro da Justiça Tarso Genro. Lula irá pôr uma lâpide sobre o assunto dos crimes da ditadura, dos militares e da polícia política, caso não queira que a crise avance.

Crise e eleições

As eleições municipais começaram marcadas por todo tipo de aliança regional. Evi-

denciam a oligarquização da política burguesa, da qual fazem parte o PT e PCdoB. Mesmo o recém-criado PSol manifesta esse sintoma.

O PSTU que levanta a bandeira de nenhuma aliança com partidos da burguesia, acaba por se aliar ao PSol na forma burguesa de acordos regionais. Mas nada disso é novo. O que chama a atenção nestas eleições são dois acontecimentos: 1) A exposição do controle pelas milícias e pelo narcotráfico de zonas eleitorais no Rio de Janeiro; 2) A publicação pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) de uma lista de candidatos municipais que têm processo correndo na justiça. No primeiro caso, evidenciou-se o crescimento da influência do crime organizado na política burguesa. O fenômeno das milícias formadas por parlamentares, autoridades e policiais indicam o grau de apodrecimento do capitalismo. A democracia burguesa e suas eleições estão penetradas por todo tipo de quadrilha. Expressam a decomposição da burguesia como classe dominante. No segundo caso, temos o complemento do primeiro. Um quarto dos milhares de candidatos responde a processo. A AMB pretendia que se tornassem inelegíveis os candidatos com “ficha suja”. O STF abanou as candidaturas, sob o argumento jurídico de que não havia condenações. O fundamental desse episódio é que revela o quanto os partidos estão necrosados pela bandidagem. Leva-nos à mesma conclusão anterior sobre a putrefação da classe exploradora.

Ataques às massas

As massas arcam com a exploração, com as medidas econômico-financeiras de proteção aos monopólios, com as atividades do capital financeiro e com a democracia burguesa apodrecida. O governo Lula vem propagando o fim da miséria e o crescimento da classe média. Uma farsa que acoberta a alta concentração de propriedade e riqueza e o mar de pobreza. A conjuntura de crescimento econômico e de redução de desemprego permitiu e ainda permite o populismo lulista. Mas o que aguarda as massas é o retorno da alta do custo de vida, da contenção salarial ainda maior, do desemprego e das reformas antipopulares.

A burocracia sindical, combinada com o caudilhismo populista de Lula, conseguiu impor silêncio nos locais de trabalho. A burguesia agradece tal serviço que lhe permite explorar sem contraposição das massas e obter alta lucratividade. Nos momentos em que a economia está em baixa, a burocracia argu-

menta que não se pode ir à greve porque os operários estão diante do desemprego; quando esta cresce, argumenta-se que há o perigo da inflação, que se deve apenas pressionar o patronato a dar míseros reajustes e que se deve reivindicar apenas a quem mais lucrou. Assim, não se enfrenta a exploração, não se organiza a classe operária e não se eleva a capacidade política da vanguarda.

A recente quebra da greve dos petroleiros pela FUP mostra o papel nefasto da burocracia petista. Não se tem podido, assim, aproveitar as crises políticas do governo e suas fraquezas para projetar o movimento operário e das massas em geral. O movimento camponês encontra-se num beco.

O MST pôs todo seu apoio em Lula, convencendo os oprimidos do campo de que se tratava de um governo progressista, democrático e popular. A caricatura de reforma agrária em terras improdutivas não andou. Lula compensou e compensa a farsa de sua política de reforma agrária aumentando as verbas destinadas ao MST, o que levou ao arrefecimento das lutas pela terra. Mas periodicamente o MST faz campanhas que levam às ocupações e bloqueios. Tem sido

suficiente para a burguesia exigir do governo medidas repressivas. Os latifundiários e o agronegócio, principalmente, querem ver concretizada a antiga aspiração de pôr o MST na ilegalidade. Não bastaram os assassinatos, os processos e as prisões. Para os opressores é preciso que o governo corte as verbas. A criminalização seria o ponto de partida. No Rio Grande do Sul, promotores iniciaram uma ofensiva nesse sentido. No Pará, o juiz federal sentenciou uma multa astronômica de R\$ 5,2 milhões ao MST. Em São Paulo, a juíza de Martinópolis expediu uma multa de R\$ 150 mil.

A justiça sob o governo Lula faz o serviço que exigem os capitalistas. No entanto, o MST não rompe com o governo e com a influência política do PT e da burocracia da CUT. A luta pela independência do movimento operário e do campesinato é a condição para se defender a vida das massas, arrancar pela força as reivindicações, impor os direitos democráticos do explorados e amadurecer as condições da luta pela destruição do capitalismo. Sob a estratégia do governo operário e camponês (ditadura proletária) e da revolução social, os explorados ganharão independência e avan-

çarão contra a fome e a miséria.

As tarefas da situação

As tarefas que se colocam: 1. Defender as reivindicações econômicas e políticas da classe operária, opondo-as à burguesia e seu governo; 2. Combater pela independência política e organizativa dos explorados contra a política de dependência desenvolvida pela burocracia sindical; 3. Mostrar a raiz da podridão e da barbárie da sociedade burguesa, que se encontra na grande propriedade dos meios de produção e exploração da maioria (defesa dos tribunais populares e expropriação da burguesia); 4. Combater o imperialismo, desmascarando a política de submissão de Lula e a subserviência da burguesia nacional; 5. Trabalhar pela aliança operária e camponesa, em contraposição à colaboração de classe e ao reformismo pequeno-burguês. 6. Organizar as lutas, defendendo o método da ação direta contra as ilusões eleitorais e parlamentares; 7. Construir os quadros leninistas do POR no seio da classe operária e dos demais explorados; 8. Defender as posições do internacionalismo proletário, marxista-leninista-trotskista.

Militares exigem e Lula manda Tarso Genro se calar

No último dia de julho, Tarso Genro, Ministro da Justiça, em audiência pública, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, se pronunciou a favor da punição dos “agentes públicos” que cometeram crime de tortura e assassinato na época da ditadura militar.

Um documento foi distribuído por defensores dos direitos humanos que denuncia a ação violenta de militares e policiais no período de 1964 a 1985. Eis o relato: “Cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura; cerca de 20 mil pessoas foram submetidas à tortura. Há 356 mortos e desaparecidos políticos”.

A tese do ministro Tarso é de que aqueles que praticaram tais atos (tortura e morte) violaram a própria legalidade da ditadura militar e, por isso, não poderiam ser cobertos pela Lei da Anistia, promulgada em 1979. Conclusão: se o agente da repressão agiu à margem da legalidade, então não cometeu crime político para ser anistiado; trata-se de um criminoso comum que agiu a despeito das instituições do Estado. Um outro argumento é que os tratados de direitos internacionais sobre o assunto têm que os crimes de

tortura não prescrevem. Segundo Tarso, desde 1910 o Brasil “associa-se a todos os tratados que condenam a tortura e tornam crime de tortura imprescritível”.

A declaração do Ministro da Justiça provocou imediata reação dos generais da ativa e da reserva. O ataque se concentrou na acusação de que Tarso pretendia rever a Lei da Anistia, remexer no passado e provocar o revanchismo.

O tom elevado das vozes militares assanhou políticos e magistrados. A primeira autoridade a expressar a reação da oficialidade foi o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Censurou o Ministro da Justiça por envolver o governo em um assunto que não lhe cabe e que diz respeito apenas ao judiciário. Segundo ele, não se pode questionar a Lei da Anistia, que pacificou o Brasil. Argumenta contra a punição dos torturadores e assassinos: “Não há responsabilidade histórica do Exército em relação a isso, o Exército continua com seu prestígio nacional intocável”. Assim, no terceiro dia após a audiência do Ministério da Justiça, estava dada a ordem para que Tarso Genro recolhesse sua declaração e parasse de envolver o governo com

o objetivo das organizações que pleiteiam junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos a anulação da Lei da Anistia.

Nelson Jobim deixou claro que o Ministério da Justiça e a secretaria dos Direitos Humanos, presidida por Paulo Vannucchi, estavam abrindo uma divisão no governo e no Estado, que resultaria em crise caso não parassem por ali as declarações de Tarso.

No Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello foi taxativo na defesa da Lei da Anistia e na interpretação de que se anistiou tanto aqueles que pegaram em armas quanto militares a serviço da ditadura. A discussão empantanou no plano jurídico.

A reação da caserna se deu por meio do Clube Militar, que preparou no dia 7 de agosto um ato contra a audiência do Ministério da Justiça. O general da reserva e presidente do Clube, Gilberto Barbosa de Figueiredo, contra-atacou com o argumento de que o governo de Lula está cercado de autoridades que no passado praticaram o terrorismo. Que não tolerariam revanchismo e que se fosse para julgar militares que também se deveria julgar os membros do governo, que tiveram ligação com a luta armada e muitos outros.

Os termos do confronto chegaram neste ponto: ou o governo cala a boca de Tarso, ou os generais passam ao ataque direto ao governo. O Clube Militar, mais uma vez, entre infindáveis vezes em sua longa existência, serviu de porta-voz do generalato da ativa. Para mostrar a Lula que o Clube Militar não falava por si só, compareceu ao ato o comandante militar do Leste, general Luiz Cesário da Silveira e o chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, general Paulo César Castro. A participação dos generais no Ato constitui uma ameaça ao governo e uma clara atitude de independência frente ao Presidente da República, que de comandante em chefe das Forças Armadas não tem nada, a não ser o título.

A Igreja não poderia deixar de se manifestar: D. Odilo Pedro Scherer, cardeal arcebispo de São Paulo, defendeu o ponto de vista dos militares de que a anistia era para todos e que se devia virar a página.

Roberto Freire, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e presidente do Partido Popular Socialista (PPS), defendeu respeito à Lei da Anistia, que ele ajudou a formular, sob o governo militar de João Batista Figueiredo, e criticou o governo por não abrir os arquivos secretos que indicam onde estão os desaparecidos. Todos sabem que Lula não abriu os arquivos porque os generais não autorizaram.

Para fechar a campanha contra a tese do Ministro Tarso de que os torturadores violaram a legalidade da própria ditadura, Gilmar Mendes, presidente do STF, deu a última palavra: “Estamos falando de fatos que ocorreram há mais de 30 anos. É muito difícil fazer uma revisão unilateral da Lei da Anistia”.

Essa declaração foi dada 11 dias depois da audiência pública do Ministério da Justiça. No 12º dia, Lula declara, em uma comemoração da UNE, que o que se deve fazer é transformar os operários e estudantes mortos pela ditadura em heróis, em vez de vítimas. Estava enterrada a tese de Tarso. Mas Lula antes já havia acatado a exigência dos militares de que calasse seu ministro inconviente.

Tarso, acuado, isolado, execrado, em um estertor, explicou que não pretendia atingir as Forças Armadas e que não fazia outra coisa senão defender a democracia, sob um governo que não se encontrava sob a tutela dos militares. A realidade mostrou exatamente o contrário, a democracia depende dos militares. Lula recebeu ordem para que

acabasse com a estória de julgar membros da repressão. Generais da ativa se impuseram ao governo indo ao ato do Clube Militar. De nada adiantou e adianta, Tarso e Vannucchi explicarem que a intenção não é a de julgar as Forças Armadas, mas apenas uns poucos “agentes públicos” que infringiram os “direitos humanos”, a legalidade da própria ditadura e os acordos internacionais.

Extirpar a violência reacionária da burguesia

O que esses acontecimentos nos ajudam a compreender é que a tortura e assassinatos de subversivos, comunistas, foquistas, guerrilheiros, terroristas e militantes da vanguarda é parte do trabalho da repressão. O Estado tem a função de garantir historicamente o capitalismo, que se vê ameaçado por crises constantes e pela luta de classes. Nele se concentra toda força da classe capitalista voltada a manter a exploração e a inevitável miséria e pobreza da maioria. Assim, a burguesia exerce sua dominação na forma de ditadura de classe da minoria contra a maioria. Sob a ordem jurídica de proteção à propriedade privada, dos direitos individuais burgueses e da democracia, se esconde a ditadura da burguesia. As Forças Armadas e a polícia são encarnações, na forma de violência, da propriedade dos meios de produção e da dominação de classe.

A pretensão dos políticos, que expressam a política pequeno-burguesa democrática de separar os torturadores e assassinos frios das Forças Armadas e da polícia que os abrigaram e os abrigam, não tem como prosperar, e seus defensores acabam vilipendiados. É o caso de Tarso e Vannucchi.

As torturas e assassinatos de presos políticos e não políticos são práticas inerentes à violência reacionária da burguesia contra as massas oprimidas. As instituições armadas do Estado têm o monopólio da violência, que de acordo com a situação pode ir ao extremo. No Brasil, mataram cerca de 400; na Argentina, cerca de 30.000.

Em 1979, a ditadura militar se encontrava agonizante. A crise econômica e as lutas operárias e estudantis se despontavam. A anistia foi uma operação política de transferência do poder para os partidos políticos da burguesia, um representando a ditadura (Arena) e um outro a oposição consentida (MDB). Assim se preservaram as forças repressivas que cometeram a repressão ao movimento operário, camponês e estudantil e se protegeram os carrascos que martiriza-

ram os opositores da ditadura nos porões do DOPS, DOI, CODI e de centros clandestinos montado pelo exército.

O PCB, democratas e nacionalistas opositores, que pegaram ou não em arma, colaboraram com a Arena e MDB para que a transição fosse feita sem que os chefes políticos e militares do regime perdessem posições e fossem responsabilizados pelos crimes políticos. Sob a dor, o sangue e a derrota do movimento de resistência foquista (luta armada, deslocada das massas) essa gente colaborou para a burguesia esconder seus crimes, para o Estado proteger os torturadores e assassinos de presos indefesos. É isso que representa hoje Freire, Gabeira e todos que estiveram na resistência à ditadura e hoje ocupam cargos no governo. Isso explica a pusilimidade e a covardia dessa gente que fica quietinha diante da ameaça dos militares de envolvê-los também como criminosos terroristas etc.

A anistia não foi dirigida principalmente aos militares e policiais que fizeram o trabalho sujo e hediondo, mas sim aos generais responsáveis pelo que se passou nas câmaras de tortura. Não há como mexer com os torturadores sem atingir as altas patentes. A anistia, portanto, resultou da colaboração da esquerda dita democrática com o regime militar, ao qual se opunham com a política burguesa e pequeno-burguesa.

Não será por meios jurídicos e por movimentos pequeno-burgueses de direitos humanos que ajustaremos contas com os criminosos e torturadores da ditadura militar. O máximo que estas ações pode fazer é denunciar limitadamente tais crimes. Mas a tarefa essencial é a de pôr fim a toda violência da classe burguesa contra as massas, contras os pobres e oprimidos.

Só a classe operária, organizada em seu partido político, tem como colocar em prática esse objetivo. É essa classe da sociedade que carrega todo peso histórico da ditadura de classe da burguesia. As experiências internacionais de combate à exploração e de enfrentamento com a violência dos exploradores, que se acumularam no tempo, permitiram à classe operária identificar a natureza do Estado e a necessidade de dirigir a luta para sua destruição. Para extirpar a violência reacionária é preciso a luta de classe, ou seja, a violência revolucionária. As denúncias e exigências democráticas de punição aos assassinos são pequena parte dessa tarefa e devem estar voltadas a organizar a luta direta dos explorados contra o Estado.

Ceará

O Quadro eleitoral em Fortaleza: PT e partidos burgueses disputam quem administrará para o capital

Sete candidatos disputam as eleições para a prefeitura de Fortaleza. Luizianne Lins (PT); Moroni Torgan (DEM); Patrícia Saboya (PDT); Renato Roseno (PSOL); Luiz Gastão (PPS); Aguiar Júnior (PTC); Adail Barreto (PR); Neno Nunes (PSC) e José Carlos Vasconcelos (PCB). As últimas pesquisas (IBOPE) têm indicado empate técnico entre Luizianne e Moroni com 30% das intenções de votos. Patrícia aparece com 22%, Ronseno com 2% e os demais candidatos com 1% ou menos.

O PT conseguiu estabelecer uma aliança eleitoral com uma gama de partidos burgueses, entre eles vários partidos nanicos com representação na Câmara de Vereadores (PHS etc). O PMDB, de Eunício Oliveira, e o PC do B, de Inácio Arruda, abriram mão de candidaturas próprias em troca de favores e selaram acordo com a prefeita. O PSB, do Governador Cid Gomes, que apóia a reeleição de Luizianne e compõe a frente eleitoral do PT, atravessou uma crise com a pressão de Ciro Gomes pelo rompimento com Luizianne e o lançamento da candidatura de Patrícia Saboya até então Senadora pelo PSB. Embora definido o apoio oficial ao PT, o PSB não indicou o candidato a vice conforme acordado antes. A nova crise foi solucionada com a indicação do atual presidente da Câ-

mara de Vereadores, da família Gomes, e antigo homem forte de Juraci Magalhães: Tim Gomes. Mesmo assim um setor do PSB trabalha veladamente pela eleição de Patrícia.

A gestão Luizianne/PT esteve a serviço do grande capital (dos empresários de ônibus aos donos de construtoras); combateu os movimentos sociais (servidores, motoristas etc), procurou retirar direitos do funcionalismo (a exemplo das isonomias) e apoiou-se sobremaneira no populismo (passagem a R\$ 1,00 aos domingos) e em atividades festivas (shows, carnaval etc).

As candidaturas de Moroni Torgan/DEM e Patrícia Saboya (PDT) representam mais fielmente ainda os interesses dos grandes empresários. O PSDB, que não lançou candidato próprio e fechou acordo com PDT está tranqüilo quanto à candidatura de Patrícia que não deixa de ser uma candidatura extra-oficial sua e de Tasso. A entrada da senadora no PDT, em virtude da impossibilidade da candidatura pelo PSB, provocou o isolamento do pequeno setor que tradicionalmente dirigia o PDT local no último período: grupo do Dep. Estadual Heitor Ferrer. Este, ao perder as prévias internas, manifestou que não trabalharia pela eleição de Patrícia. O que significa crise também PDT.

A Frente de Esquerda, por sua vez, comparece dividida nestas eleições. O PCB lançou candidato próprio (Luiz Carlos Vanconcelos) e o PSTU saiu coligado ao PSOL. Este último (PSOL) esteve por cerca de 3 anos na gestão municipal, junto com o PT. Durante os períodos de maior confronto com o funcionalismo, inclusive com a repressão aos professores na greve de 2007, não titubeou em sustentar a gestão. Sua ruptura sem nenhuma crítica séria se deve ao mais puro eleitoralismo. O PSTU, ao seguir a reboque do PSOL na disputa eleitoral, apenas confirma a sua inconseqüência em combater o reformismo e constituir uma oposição classista aos governos.

Os trabalhadores de Fortaleza têm de rechaçar o circo eleitoral e suas candidaturas eleitoralistas. As eleições são o mecanismo próprio da burguesia por meio da qual as frações burguesas se revezam no controle do estado, distribuem postos e cargos entre si e asseguram os interesses dos ricos empresários. Não há candidaturas que denunciem o engodo do eleitoralismo, o método de luta próprio dos trabalhadores que é a ação direta de massas (greves, manifestações etc) e a defesa da saída pela via da revolução proletária. Nesse sentido, se impõe a defesa do voto nulo programático e da construção do partido revolucionário.

A disputa eleitoral na Bahia: como melhor Administrar o Estado burguês

A definição dos candidatos para a próxima eleição a prefeito em Salvador e a disputa eleitoral no estado da Bahia já estão em andamento, acirrando a concorrência entre os partidos. Todos eles têm algo em comum: se apresentam como bons administradores para a crise que o Estado burguês vem atravessando, reflexo da crise capitalista em escala ascendente e mundial, que joga mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas no desemprego, subemprego

e informalidade, submete à miséria grande parte da humanidade e impõe as guerras como instrumento de opressão e saque de riquezas e materiais-primas em favor dos conglomerados econômicos capitalista.

As promessas se voltam para as áreas mais sentidas pela população trabalhadora como a educação, a saúde, a moradia e o aumento dos índices de violência. Como se faz periodicamente, os candidatos apresentam solução

para todos estes problemas e se apóiam nas ilusões das massas, reforçada pela política traidora das direções sindicais, partidos reformistas e centristas.

O atual prefeito, João Henrique Carneiro (PMDB), saiu candidato pela coligação "A Força do Brasil em Salvador", apoiado pelos partidos PTB, PDT, PSC, PSL, PHS, PRTB, PP e PMN. O Partido dos Trabalhadores (PT) lançou candidatura própria do deputado federal Walter Pinheiro (PT), pela

coligação “Salvador, Bahia, Brasil”, com o apoio do PSB, PCdoB e PV. A oposição de direita ao governo Lula (PT) saiu rachada com os candidatos ACM Neto (DEM), da coligação “A Voz do Povo”, apoiado pelos partidos PR, PRB, PTC, PTN, PSDC, PTdoB e PRP, sendo que o Antônio Imbassahy (PSDB), da coligação “Para Melhorar Salvador”, candidatou-se pela aliança PSDB/PPS. A chamada Frente de Esquerda Socialista é composta pelo PSOL, PSTU e PCB, tendo a frente o candidato Hilton Coelho (PSOL).

A última pesquisa de opinião aponta os seguintes dados: ACM Neto (DEM) aparece com 29% das intenções de voto, matematicamente empatado com Antônio Imbassahy (PSDB), com 27%. O prefeito João Henrique (PMDB) aparece com 15% e Walter Pi-

nheiro (PT), com 6%. O candidato do PSOL, Hilton Coelho, tem menos de 1%, sendo 14% de brancos e nulos, 7% não sabem e 1% não opinou.

Algumas tendências aparecem no início da disputa eleitoral. Ao contrário do que se pensava, a oligarquia ACM constitui uma força econômica e política considerável, mesmo após a morte de seu representante maior Antonio Carlos Magalhães, tendo continuidade na política da família ACM e no círculo de carlistas, particularmente presente no DEM. Dominam parte expressiva da imprensa, jornais, TVs e setores da economia local. O Governador Jaques Wagner procura manter relações amigáveis com o candidato a reeleição pelo PMDB, João Henrique, chegando, inclusive, a subir em seu palanque. Já Walter Pinheiro busca exclusividade no uso de imagens de

Lula e do Governador Wagner, também pinçadas pelo prefeito de Salvador.

Quanto a Frente de Esquerda Socialista, apesar do discurso mais à esquerda, não tem utilizado o campo das eleições como deve ser feito pelos marxistas. Para os revolucionários, a intervenção nas eleições, enquanto existirem ilusões na democracia burguesa e no parlamento, serve para denunciar as condições de miséria e opressão dos trabalhadores, estudantes, camponeses e classe média arruinada, a maioria oprimida, e superar as ilusões democráticas das massas. Entretanto, a Frente de Esquerda tem se juntado aos demais partidos quando o assunto é fazer promessas de que é possível melhorar as condições de vida das massas sob a crise do capitalismo.

Rio Grande do Norte

Derrota da burocracia do SINTE (PT/PCdoB)

A direção estadual do Sinte PT/PCdoB, sofreu no dia 24/07/08, uma grande derrota política, nunca vista desde o início de sua trajetória. Em toda a história do SINTE nunca a direção teve a prestação de contas rejeitada.

O primeiro ponto da pauta foi a leitura e aprovação dos gastos do sindicato do ano de 2007. Após a leitura e abertura para questionamentos, a Corrente Proletária-POR apresentou a proposta de que não se aprovasse a prestação de contas do ano de 2007 e que se tirasse uma comissão de base para investigar todos os gastos. A direção defendeu de forma veemente a aprovação das contas apresentadas. Após três votações em que todos os presentes tinham a certeza de que vencera a proposta da Corrente Proletária, a mesa coordenadora da assembleia disse que não estava claro a proposta vencedora. Anunciou que iria contar os votos, para logo depois recuar e dizer que a mesma não tinha mais dúvida, e que a proposta vencedora era a apresentada pela direção estadual. Todos exigiram que os votos fossem contados. Sobre pressão da categoria a direção recua, porém, diz que vai consultar o plenário para saber se é preciso con-

tar ou não. A maioria absoluta diz que sim. Depois de todo tipo de manobra por parte da direção a nossa proposta foi referendada com uma maioria de 54 votos. Com essa maioria não dava para ter dúvida.

Não é novidade para ninguém que a atual direção PT/PCdoB, está apodrecida historicamente. O grupo que hoje forma a direção é aliado de Lula, Vilma e Carlos Eduardo. Fica impossível politicamente qualquer tipo de luta desse grupo contra seus aliados. Quando não defendem as propostas do governo (avaliação desempenho, cartão de ponto), boicotam qualquer reação de luta da categoria.

Consideramos a derrota desta direção na prestação de contas um fato importantíssimo. Não simplesmente pela derrota. Mas pela visão política que nos dá esse acontecimento. É POSSÍVEL DERROTAR A DIREÇÃO ESTADUAL DO SINTE.

Onde está a oposição?

Os trabalhadores presentes na assembleia deram aos grupos de oposição a responsabilidade histórica de mostrar que são capazes de cumprir sua tarefa de defender e organizar a derrota da di-

reção estadual. Chegou o momento da oposição atuar de forma unificada contra a burocracia que trai descaradamente a luta dos trabalhadores. O trabalho político não pode ser feito apenas nas assembleias, deve-se descer as bases e construir o movimento. Alguns grupos de oposição, de forma despolitizada, levantam bandeiras de construção de uma nova entidade para os trabalhadores em educação. A Corrente Proletária tem um posicionamento contrário, uma vez que para estes grupos trata-se de querer esconder sua inércia na construção de uma oposição dentro do movimento.

O PSTU que dirige duas regionais de oposição tem se omitido desse processo, se limitando em organizar e discutir a Conlutas. Para suplantar essa burocracia que há anos está encastelada no sindicato é necessária a unidade e o chamado a categoria para abarcar a luta como sua. O primeiro passo a ser tomado é os companheiros que compõem a comissão de investigação (referendada em assembleia) cumpram a tarefa que lhes foi dada. Se assim não fizer, estarão descumprindo uma decisão da assembleia.

Piso nacional dos professores

A reivindicação de um piso nacional para os trabalhadores da educação não é nova. Os professores e funcionários de escolas, em seus congressos, aprovaram a exigência de um piso, como forma de quebrar a violenta discrepância entre os salários dos estados. A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação), pressionava o governo Lula, desde o seu primeiro mandato, para que cumprisse essa promessa eleitoral. No seu último congresso, a burocracia sindical compareceu ao Palácio e, novamente, exigiu que Lula se comprometesse com a urgência de se aprovar a lei do piso. Por outro lado, o governo Lula já tinha recebido das burocracias sindicais, incluindo as do movimento estudantil, o apoio ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado sem resistência há mais de um ano. Acossado pelos seus colaboradores (direções conciliadoras), tornou-se difícil adiar a lei que instituía o piso nacional.

O que pedia a CNTE

Os burocratas que dirigem a CNTE formularam uma proposta de um piso nacional de R\$ 1.050,00. Portanto, de pouco mais de dois salários mínimos. Os argumentos sobre o baixo valor do piso eram e são os mesmos dos governadores e prefeitos: um piso mais alto quebra o orçamento público. E que se deveria pedir o “que era possível” de ser aceito.

O problema começou quando Lula questionou o valor e propôs aceitar a proposta desde que fosse de R\$850,00. Como toda burocracia, os R\$ 1050,00 eram “negociáveis” na cúpula. O meio caminho foi encontrado: R\$950,00.

A partir daí, o governo Lula entregou o projeto para que o Legislativo aprovasse a lei.

O que não estava previsto

O projeto de Lula, assumido por Cristovam Buarque, ex-ministro da educação do governo petista e agora no PDT, não contava com a jornada de 33% para atividades extraclasse. No momento da votação, houve a inclusão do artigo 4º, que instituiu um 1/3 fora da sala de aula. O Congresso aprovou com essa emenda.

Lula não fez senão referendar a decisão do Congresso Nacional.

A CNTE tomou como grande vitória.

Reação imediata dos governadores

Nem bem foi aprovada a lei do piso, os governado-

res do PSDB tomaram a iniciativa de contestar a decisão do governo. Rio Grande do Sul correu a Brasília para pedir mudanças na lei, anexando ao pedido a decisão contrária do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação). Serra, por meio da Secretária da Educação, Maria Helena Guimarães, iniciou uma ofensiva para derrubar a lei, com os argumentos dos “impactos” financeiros e da “ilegalidade do dispositivo”.

O Consed, além de questionar a lei do piso, exige a derrubada do projeto do governo que vincula o reajuste do piso ao INPC (Índice Nacional dos Preços ao Consumidor). A justificativa é a mesma dada em relação aos 1/3 da hora-atividade: pesará no orçamento dos estados e municípios.

Apeoesp e a CUT na defesa da lei do governo

A burocracia da CUT, que nos dias de congresso e assembleias discursa em favor do piso do Dieese e do aumento da atividade extraclasse em 50%, colocou-se na defesa da lei do piso. Os argumentos são os de sempre: “a mudança estabelecida na nova lei, que ainda não atende às nossas reivindicações, mas já é um grande avanço para a melhoria das condições de trabalho e valorização dos professores”. E conclui endossando o discurso do relator do projeto, Cristovam Buarque, de que “a lei poderá trazer economia pois o professor adoececerá menos e não precisará ser substituído”.

A CUT, em sua 12ª Plenária Nacional, lançou uma moção de apoio, que diz assim: “A CUT e seus sindicatos filiados apóiam incondicionalmente o Piso Salarial do Magistério”. E termina com mais confeitos: “O piso do magistério, além de resgatar a valorização dos professores da educação básica, tem a prerrogativa de ajustar os sistemas de ensino com vistas a melhorar a qualidade do ensino público...”. Quanta mentira!

O concreto é que abandonaram os discursos de festa e apóiam “incondicionalmente” a lei do governo, que mantém a exploração do trabalho e a situação de penúria do ensino público.

Malabarismos da corrente petista O Trabalho

O Trabalho, carne e unha da burocracia da Apeoesp e CUT, tratou de mostrar os pontos positivos da lei do piso. Conclui com os argumentos dos burocratas: “a sua defesa rumo ao piso defendido pelas entidades e rumo à jornada realmente necessário para a qualida-

de pedagógica e por condições de trabalho outras”.

Mas não pára aí: propõe que a CNTE e seus sindicatos impulse um abaixo-assinado (já divulgado por eles) na defesa do piso. E que essa campanha termine com uma caravana à Brasília. Conclui que se trata de “uma campanha que não permita nenhum passo atrás! Pelo cumprimento da lei”.

A burocracia sindical da CNTE, da Apeoesp e as correntes petistas, entre elas O Trabalho, utilizam o fato dos governadores exigirem mudanças na lei para defenderem o piso de fome. Não estão simplesmente dizendo que o governo cumpra a lei e não acate as imposições dos governadores. Estão dizendo que o piso de fome vai valorizar os professores e aumentar a qualidade de ensino. Aproveitam a impugnação dos governadores para fazer defesa de sua política de colaboração com o governo Lula.

PSTU e a lei do piso

O PSTU diz que o valor do piso por 40 horas semanais é muito aquém das reivindicações dos professores e que aceitá-lo seria “recuar de uma bandeira histórica”, (piso do Dieese). E enfatiza que “por descuido do Congresso” foi aprovado o 1/3 de atividade extraclasse. Diz também que isso é “abaixo dos 50% que reivindicamos”. E termina considerando que “não deixa de ser um avanço”...e que tem “incidência positiva sobre a qualidade de ensino nas escolas públicas”.

Por fim, lança um chamado para que a Apeoesp e o sindicatos de professores façam uma campanha para que o governo cumpra o parágrafo 4º do artigo 2º da lei do piso.

As críticas do PSTU merecem os seguintes comentários: a) o piso do Dieese é bandeira histórica da burocracia, está aquém das necessidades do salário mínimo vital; b) a pretensa constatação de que houve “descuido do Congresso” é conversa mole para dizer que se trata de um “avanço”, mas que na realidade se trata de uma pequena concessão; c) a defesa dos 50% perde todo o sentido diante da consideração de que o Congresso dormiu no ponto.

Depois das “críticas”, que conclusão chega o PSTU? Que 1/3 da atividade extraclasse “não deixa de ser um avanço”. Está clara a ligação da conclusão positiva com a premissa de que o Congresso teve um “descuido” em sua aprovação. Ainda há outra parte da conclusão, que agrava de vez a adaptação do PSTU às pressões da burocracia e do legalismo parlamentar. Diz que esse 1/3 incidirá positivamente sobre a qualidade de ensino. Trata-se de uma farsa. O desmantelamento da

educação pública é tão grande que tais medidas equivalem a um pingo d’água no oceano. De repente, o PSTU confirma as demagogias da burocracia cutista de que a lei aprovada contribui para melhoria da qualidade do ensino.

Posição do POR

O POR há muito vem denunciando a burocracia da CNTE e de seus sindicatos de apoiar o governo Lula, rebaixando as reivindicações dos trabalhadores da educação. Foi assim com o PDE e outras reformas, incluindo a da Previdência. No Congresso da CNTE, defendeu o piso vital nacional, calculado pelas assembléias de base, a redução da jornada de trabalho e o aumento em 50% da hora-atividade. E que, diante do desemprego de professores, era necessário a luta para impor a escala móvel de horas de trabalho, como forma de garantir emprego a todos os docentes. Tem feito uma campanha junto aos professores pelo piso de R\$2.750,00, apoiado nas necessidades reais de uma família de 4 pessoas. Criticou a conduta da burocracia da CNTE de rebaixar o valor do piso para que Lula pudesse assumir.

Quando da aprovação da lei, o POR continua com a mesma reivindicação. Criticou a conduta das correntes de esquerda de fazer proselitismo em torno da “melhoria da qualidade de ensino” com o aumento de 1/3 de atividade extraclasse. Mostrou a debilidade do governo Lula (depois de aprovada a lei e sob a pressão da oposição burguesa), que sinalizou com a mudança da lei. O Ministro da Educação chegou ao ponto de pedir novo parecer do AGU (Advocacia Geral da União) sobre a “constitucionalidade” da lei.

É compreensível que a burocracia faça uma campanha para valer as migalhas que já foram apresentadas aos docentes como uma conquista. Mas não é compreensível e nem aceitável a posição do PSTU de que o governo deve cumprir porque é um avanço.

Nossa posição: a) denunciemos que a lei do piso é uma miserável concessão do governo à burocracia; b) denunciemos que o governo negocia com os governadores mudanças na lei que reduzem as migalhas; c) exigimos que se convoque imediatamente assembléias em todos os sindicatos do país e uma plenária nacional de base para defender o piso vital e a escala móvel das horas de trabalho, sem redução salário. Somente um grande movimento de massa poderá impor à burguesia e ao governo as reivindicações de defesa do trabalho e do ensino público.

Recuperação da sede histórica da UNE

O último governo militar, João Batista Figueiredo, mandou demolir os escombros da sede da UNE e permitiu que em seu lugar se construísse um prédio de garagem. Depois da prisão em massas dos estudantes que realizavam um congresso, em Ibiúna (SP), a ditadura militar, instalada em 1964, colocou a UNE na clandestinidade e, como símbolo de sua liquidação, a repressão invadiu sua sede e nela ateou fogo. O general Figueiredo, que gostava de dizer que tinha horror ao cheiro do povo e que adorava o odor de seu cavalo, terminou a demolição do espaço físico da UNE.

Mas o movimento estudantil se reergueu na década de 1980, ao lado do movimento estudantil, reconstruindo os centros acadêmicos, os DCEs e UNE. Foi sob a bandeira de combate à ditadura, da conquistas das liberdades democráticas e de reconstrução

das entidades livres que renasceu o movimento nas universidades e de lá ganhou as ruas.

Não obstante, não recuperou sua sede demolida. Agora, no dia 14 de agosto, a direção da UNE realizou uma comemoração pelo fato de Lula ter aceitado mandar ao Congresso um projeto em que a União indeniza a UNE e permite que seja reconstruída a sede na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro.

Lula fez questão de discursar no evento dizendo que não se trata de culpar alguém pela sua destruição, mas apenas reconhecer a responsabilidade do Estado, que agora faria o reparo, sob sua presidência. Livrou os militares e a polícia que impuseram o terror da ditadura de 1964. Neste mesmo momento, os generais exigiam que Lula ordenasse ao seu ministro da Justiça, Tarso Genro, que parasse com a estória

de julgar os crimes do regime militar.

Está aí o sentido do discurso de Lula de que não se trata de achar os responsáveis, mas sim do Estado fazer os reparos financeiros, ou seja, pagar pelos crimes da ditadura e limpar o sangue das vítimas com dinheiro. É nesta condição que o PCdoB, que teve muitos de seus militantes assassinados e desaparecidos, com pompa, comemorou o projeto de reconstrução física da sede da UNE.

Como se vê, o movimento estudantil não recuperou a sede histórica da UNE com luta. Lula faz este gesto em função da colaboração do PCdoB e, portanto, da UNE com seu governo. O movimento estudantil terá de demolir a política de colaboração de classe dos estalinistas e petistas para recuperar a UNE e dar a ela uma direção revolucionária.

Organizar o Congresso Estudantil

O Encontro Nacional de Estudantes (ENE), de 2 de julho, liderado pelo PSTU, aprovou a recomendação às organizações estudantis de convocar um Congresso Nacional Estudantil. Nas condições atuais em que a UNE se encontra completamente submetida ao governo e ao Estado pela política do PCdoB e PT e considerando que o movimento estudantil vem travando lutas dispersas, tal iniciativa é correta e urgente.

No entanto, é preciso ter clara a finalidade política e organizativa do Congresso. Nos vários encontros de curso, a proposta foi aprovada respondendo à diretriz do PSTU e outras organizações de levar adiante a ruptura com a UNE e construir uma nova organização. Essa posição complementa a linha geral do PSTU de romper a CUT e formar uma outra Central. Apenas o encontro nacional de História resistiu à proposta de realizar o Congresso para concretizar a divisão da UNE.

No “Opinião Socialista”, o PSTU diz que o Congresso deve ser demo-

crático, comportando tanto os efensores quanto os positores da ruptura. Evidentemente, uma vez que se trata de um Congresso Nacional de Estudantes, deve expressar posições contraditórias e votar resoluções.

No Encontro da Conlutas em que se discutiu a cisão com a CUT, o POR e a corrente proletária metalúrgica estiveram presentes e marcaram abertamente sua posição por constituir uma fração revolucionária no seio da CUT e sindicatos.

Certamente, o PSTU está pensando e arquitetando o mesmo para o Congresso Nacional Estudantil. Em sua avaliação, consta que a posição rupturista está “longe de ser um consenso” e, portanto, o Congresso vem no sentido de possibilitar mudanças pela experiência.

Os defensores do abandono da UNE estão encontrando dificuldades em constituir um aparato dirigido pelo PSTU, como se configurou a Conlutas.

O POR não está de acordo que haja necessidade de um Congresso para

aprovar a cisão. Há a necessidade da vanguarda convocá-lo para aprovar um plano de lutas e organizar uma frente oposicionista à política do estalinismo (PCdoB) e petismo (PT) de estatização da UNE.

É preciso organizar o movimento estudantil em torno da tarefa de expropriação sem indenização das universidades privadas, constituição de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social, de combate à política privatizante do governo Lula e pelo livre ingresso de todos à universidade. Esse programa estratégico condiciona as demais reivindicações, que são pontos de partida de campanhas e lutas.

Cabe ao congresso levantar a bandeira de recuperação da UNE para a luta de massa, de desestatização, de restabelecimento da democracia estudantil e derrota da política de colaboração do PCdoB e PT. Estamos dispostos a trabalhar por um congresso que tenha essa finalidade. Com essa posição, é possível apoiar sua convocação e garantir a democracia e o caráter de luta.

Nesta edição:

- Geórgia ataca a Ossétia do Sul; Rússia responde com ocupação militar
- Paraguai: As ilusões democráticas e as tarefas políticas do proletariado
- Argentina: O que significa o “Poder Público” que fala o Partido Obrero?
- Bolívia: Governo mancha suas mãos com o sangue operário
- O Referendo Revogatório

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Geórgia ataca a Ossétia do Sul; Rússia responde com ocupação militar

A ofensiva militar da Geórgia sobre Ossétia do Sul, desfechada no dia 8 de agosto, é mais uma manifestação do processo de restauração capitalista, que se agigantou nos fins dos anos 80. Por detrás do ataque militar georgiano sobre a nação separatista, estão os interesses econômicos e militares das potências, de um lado os Estados Unidos e União Européia e, de outro, a Rússia. Trata-se de uma região estratégica entre a Ásia e Europa, por onde passam oleodutos e matérias primas.

A Geórgia vem sendo usada pelos Estados Unidos e seus aliados europeus para avançar a presença imperialista na rica fronteira russa. Por sua vez, a Rússia aproveita do momento político (o fracasso dos Estados Unidos no Iraque e as pretensões militaristas sobre o Irã) para avançar seu poderio expansionista sobre suas ex-repúblicas. A débil província da Ossétia do Sul foi alimentada pela Rússia no seu intento de se separar da Geórgia.

A iniciativa militar da Geórgia sobre a Ossétia do Sul foi o estopim para o presidente russo despejar um arsenal de bombas e mísseis sobre portos e oleodutos georgianos. Em menos de uma semana, Estados Unidos e França impuseram o acordo de retirada dos russos da região do Cáucaso.

Novamente o problema da independência de nações oprimidas

O conflito entre a Geórgia e regiões separatistas se arrasta por quase três décadas. A Ossétia do Sul exige da Geórgia

sua independência. Com uma população de maioria russa e dividida entre a Geórgia e a Rússia (Norte e Sul), a Ossétia do Sul iniciou a luta pela autonomia desde 1989. Como resultado da guerra pela independência, em 1992, foi assinado um acordo entre as três partes envolvidas: Rússia, Geórgia e Ossétia do Sul. Sob pressão da Rússia, a Ossétia escolhe seu presidente Kokoity, que declara a intenção de se juntar ao território russo. O plebiscito de 2006 teve como objetivo referendar a separação da Geórgia.

Os acontecimentos se acirraram entre a Geórgia e a Rússia quando do pedido de ingresso na Otan por parte da Geórgia, numa evidente investida dos Estados Unidos. O ingresso da Geórgia na Otan só não se concretizou devido ao receio da União Européia de se abrir uma perigosa conflagração na região, com a reação russa. A Rússia aproveitou o fato para potenciar os intentos separatistas que envolvem não só a Ossétia do Sul mas também a região da Abkházia, vizinha ao Mar Negro. Demonstrando apoio à separação, o parlamento russo reconheceu a independência das duas províncias separatistas, em março de 2008. A Geórgia ampliou sua ofensiva para retomar a Ossétia do Sul e impedir que Abkházia avançasse no mesmo sentido.

O fato é que o direito à separação de nações oprimidas é utilizado pelas potências para seu expansionismo militarista. A Ossétia do Sul como a Abkházia são duas nações que exigem a separação da Geórgia não têm como conquistarem uma real independência. Forçosamente,

têm de se submeterem à Rússia. A Geórgia, por sua vez, comparece como pilar das pretensões expansionistas do imperialismo norte-americano.

O proletariado georgiano, russo e as massas oprimidas da Ossétia do Sul e Abkházia devem rechaçar a falsa autonomia pretendida por seus governos e se colocar pela luta antiimperialista e antirestauracionista, pano de fundo do conflito.

A França cumpre o papel dos Estados Unidos

Nem bem terminaram as “negociações” planejadas pelos Estados Unidos para a libertação de reféns sob o controle das Farcs, a França a mando do imperialismo norte-americano, compareceu como a mediadora do conflito na região do Cáucaso.

O presidente Nicolas Sarkozy levou os termos do acordo para que fosse colocado fim no conflito armado e a realização de uma conferência internacional para discutir a situação de Ossétia do Sul e de Abkházia. Putin acabou aceitando a proposta dos imperialistas. Levar à frente sua pretensão de fazer valer a independência dessas províncias separatistas alimentaria os choques de outras regiões que estão sob seu controle, a exemplo da Chechênia.

O acordo de cessar os combates não significa o fim dos conflitos. O problema da separação de nações não se resolverá pelas mãos dos imperialistas e restauracionistas.

A revolução russa de outubro de 1917 foi abortada pela política de Stalin.

A tomada do poder e a constituição do governo proletário na Rússia tinha como um dos objetivos resolver os velhos problemas das nacionalidades oprimidas. Lenin, dirigente do Estado operário, procurou a via do convencimento político para integrar nacionalidades e províncias à Federação Russa. Combateu as formas de anexação pela via da força militar.

Em uma “Nota a J. V. Stalin, publicada em 28 de novembro de 1921 sobre a formação de uma Federação de Repúblicas da Trascaucasia, Lenin diz assim:

“(…) a federação de repúblicas da Trascaucasia é por princípio justa, e tem que constituir-se sem falta, sua imediata realização prática deve ser considerada prematura, ou seja, que se requer certo tempo para a discussão, a propaganda e sua adoção pelos organismos soviéticos inferiores. (...) propor aos comitês centrais da Geórgia, Armênia e Azerbaidjão (por meio do Biro do Cáucaso, que submetam o problema da federação a um amplo debate no partido e entre as massas operárias e camponesas; que desenvolvam uma intensa propaganda em favor da federação e que esta se aprove nos congressos dos soviets de cada república ...”.

Paraguai

As ilusões democráticas e as tarefas políticas do proletariado

No dia 15 de agosto de 2008 tomou posse o novo presidente do Paraguai Fernando Lugo. O evento, caracterizado pelo próprio Lugo como o “início de um novo Paraguai”, teve a presença dos presidentes de vários países: Lula, Hugo Chávez, Tavaré Vázquez, Cristina Fernández, Bachellet, Rafael Correa, Evo Morales e José Ramón Machado (vice-presidente cubano), além de outros.

A visibilidade internacional da vitória do ex-bispo católico se deve à quebra de 61 anos de hegemonia do Partido Colorado no poder, intimamente associado à ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). O fato de ter se apoiado em partidos de esquerda para conquistar a vitória eleitoral provoca a expectativa, em aqueles setores, que na América Latina enxergam nos governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa uma

A burocratização do Estado soviético e do partido bolchevique por parte de Stalin fortaleceu a política de anexações com base na força militar e, conseqüentemente, os conflitos de nacionalidades não puderam ser resolvidos. O governo de Stalin foi responsável morte de milhares de georgianos, comunistas e nacionalistas. Os ossetianos foram divididos entre a Federação Russa e a Geórgia por determinação de Stalin. A Abkházia era constituída por maioria muçulmana, mas Stalin transferiu para a região milhares de georgianos, cristãos-ortodoxos. A independência da Geórgia, em 1991, não permitiu que nacionalidades anexadas ao território alcançassem sua separação.

Agora, com o avançado grau de restauração capitalista na Rússia e nos Estados que se reconstituíram com a dissolução da URSS, a tendência é de agravamento dos choques com as nações separatistas. O imperialismo aproveita a volta do capitalismo nos Estados reconstituídos para colocá-los sob sua tutela e armá-los, como no caso da Geórgia. Apóia-se no descontentamento da população e no ódio nacionalista burguês contra o pode-

rio russo, para alimentar movimentos pró-capitalistas. A Revolução das Rosas, na Geórgia e dos “Laranja”, na Ucrânia, potencializadas pelos Estados Unidos, são exemplos da interferência do imperialismo norte-americano e europeu. Os Estados e governos que ressurgiram com a dissolução da URSS se colocaram imediatamente sob a dependência das potências. A crise econômica e todos os males do capitalismo se manifestam e golpeiam a vida dos explorados.

A autodeterminação da Ossétia e Abkházia não virá da guerra entre a Geórgia e a Rússia. Pelo contrário, a absorção dessas nacionalidades pela Rússia, que vem a passos largos restaurando o capitalismo, com vocação imperialista, as tornarão um apêndice. A classe operária mundial, os explorados do Cáucaso e da Rússia devem levantar a bandeira de fim da opressão georgiana e russa. Devem combater a influência do imperialismo norte-americano e europeu. Essa resposta, pressupõe a defesa das conquistas da Revolução Russa de 1917, que constituiu, sob a direção de Lenin-Trotsky, a União das Repúblicas Soviéticas, na qual se garantia o direito à autodeterminação.

“alternativa” ao domínio imperialista. Estes esperam que seu governo se afaste da esfera de influência yanque e venha a reforçar uma suposta frente antiimperialista, liderada por estes governos.

Evidentemente, a derrota do Partido Colorado é um acontecimento que indica profundas mudanças na sociedade paraguaia. Esta agrupação representa mais do que a tradição vinculada ao nacionalismo lopizta, constituído desde o início do século XX. Hoje o Partido Colorado representa as oligarquias econômicas e políticas criadas pela ditadura de Stroessner e que dominaram o Estado paraguaio, inclusive depois do golpe de estado que o depôs em 1989. É um aparelho que controlava todos os mecanismos de estruturação do Estado e que inclusive, em vésperas do pleito eleitoral, estava preparada para fraudar

as eleições.

O fato de ter sido derrotado, a pesar disso, indica que aquela forma política já não comporta todas as necessidades da economia paraguaia. Indica que, embora lento e limitado o crescimento de sua economia, se comparado aos seus vizinhos mais poderosos, tornou-se mais dinâmica e complexa e, mais do que isso, conta com alguns grupos poderosos (nacionais e multinacionais) que não se sujeitam mais ao comando despótico das máfias encasteladas desde a ditadura de Stroessner. É esta ruptura que se manifestou na divisão do próprio Partido Colorado, que foi dividido às eleições, a ponto do candidato derrotado nas internas chamar implicitamente o voto em Lugo, no dia da eleição. Sem os votos colorados, o novo presidente não teria sido eleito.

Embora a economia do país não seja significativa (seu produto interno bruto em 2007 foi de quase 11 bilhões de dólares apenas), foi dinamizada pela modernização que a ditadura de Stroessner provocou, nem que seja como “efeito colateral” de suas políticas. Sua localização estratégica, no coração de América, e a ausência de restrições para explorar a força de trabalho transformam o Paraguai num potencial enclave de multinacionais, principalmente do setor de serviços. A ocupação do território paraguaio para produção de soja pelos fazendeiros brasileiros também colabora no sentido de exigir um estado que gerencie os negócios do conjunto da burguesia e não se limite a ser o butim para ser saqueado pelas quadrilhas tradicionais. De outro modo, não há como entender a derrota dos colorados.

A demagogia nacional-populista esgrimida pelo ex-bispo durante a campanha, no entanto, remete a problemas históricos mais sérios e complicados. O grandee apelo que a denúncia do tratado de Itaipu tem no povo paraguaio não é simples sinal de chauvinismo ou xenofobia, mas, reflexo da condição de efeti-

vo domínio do Estado brasileiro sobre o Paraguai. Da mesma forma, semelhante sentimento existe com relação ao Estado argentino, tanto por razões históricas de constituição do país quanto pela atual dependência econômica e pela exploração da represa de Yacireta.

Igualmente, as promessas feitas aos camponeses sem terra encontraram eco na secular expropriação de que foram objeto os guaranis pela coroa espanhola e pelos aliados depois da guerra contra a tríplice aliança (1864-1870). Se a ela se acrescenta a presença de 350.000 brasileiros que exploram as terras paraguaias, pode se entender que a demanda por terras não será facilmente anulada pelo novo presidente.

Desse modo, Lugo assume seu mandato cercado por altas expectativas de reformas políticas, econômicas e sociais de natureza histórico-estruturais. Talvez seja isso que o leva a afirmar que seu mandato estaria dando início a “um novo Paraguai”. Entretanto, por mais sinceras que sejam suas esperanças, no quadro das relações capitalistas e, mais especificamente na época imperialista, ne-

nhuma destas reformas poderá ser realizada. Todas as ilusões serão fatalmente frustradas.

O mais importante, contudo, é que as massas hoje iludidas pelas promessas reformistas compreendam quanto antes que a emancipação política do país, o desenvolvimento econômico e o acesso aos meios de produção por parte das massas trabalhadoras não podem ser alcançadas sem uma revolução social que substitua a propriedade privada pela propriedade coletiva. A economia mundial determina a economia de qualquer país, mas, determina muito mais a dos países atrasados e semi-coloniais. As massas paraguaias devem aprender dos fracassos do reformismo e do nacionalismo dos outros países latino americanos como o caso da Argentina, Bolívia, Venezuela e Brasil.

Não há outra saída para o Paraguai que não seja a revolução proletária e esta por seu turno não pode ser sequer imaginada à margem da revolução no continente. Por isso, a tarefa colocada é a construção de um partido operário internacionalista, uma seção da Quarta Internacional.

Argentina

O que significa o “Poder Público” que fala o Partido Obrero?

No Canal 26 de TV foi realizado um debate sobre a inflação e o conflito em torno do governo versus latifundiários em torno das retenções. Entre os participantes do debate estava Nestor Pitrola (dirigente do PO). O jornalista que estava dirigindo o debate perguntou aos participantes: “que forma deveria ser recolhida as receitas extraordinárias de combustíveis, e outros produtos como os agrícolas?” Nestor Pitrola respondeu: ...“Temos de nacionalizar o comércio exterior de ter todos os recursos para: saúde, educação, industrialização, caminhos de ferro, etc.” E concluiu: “Todas as receitas de exportações minerais, pesca, petróleo, a agricultura deve ser controlado pelo governo.”

Nós do Partido Obrero Revolucionário consideramos importante discutir sobre o significado desta palavra-de-ordem levantada por um dos principais dirigentes do PO. Pois este debate é sobre qual deveria ser a tática e estra-

tégia corretas do proletariado, frente à inflação, à falta de alimentos, aos baixos salários, ao desemprego, ou seja, como emancipar definitivamente o proletariado e os demais oprimidos pelo sistema de exploração capitalista.

Inicialmente, queremos dizer que estamos de acordo em que temos de nacionalizar o comércio exterior para poder reverter estes recursos para a saúde, a educação, a industrialização e assim por diante. Mas divergimos totalmente da palavra-de-ordem genérica de *poder público* levantada pelo líder do PO.

Em primeiro lugar, porque ela nega a estratégia - marxista-leninista-trotskista - da tomada do poder e do governo do proletariado. Propomos que todas as receitas das exportações minerais, da pesca, do petróleo, da agricultura etc., devam ser controladas por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado), fruto de uma revolução social, que destruirá a propriedade privada, a burgue-

sia e seu Estado através de a ação direta das massas, e não por um poder público genérico como coloca Pitrola. Não porque achamos que as consignas devam ser levantadas mecanicamente, mas porque a generalidade de poder público deixa a porta aberta para a burguesia, para partidos que não são da nossa classe.

Em segundo lugar, o PO que falsamente se reivindica como trotskista, na prática reproduz a política reformista e democrática eleitoreira. O PO não escreve nos seus jornais e muito menos fala nos debates e programas de TV que participa sobre a revolução e ditadura proletárias (governo operário e camponês) como a única forma de poder capaz de realizar a nacionalização do comércio exterior, expropriar sem indenização todos os latifúndios, entregar a terra para os camponeses pobres e trabalhadoras rurais, expropriar sem indenização do petróleo, do gás, das fábricas, bancos, fim do IVA, emprego, saúde, educação e salários de

dêem para comprar a cesta básica familiar para todos os trabalhadores. O PO como muitos partidos pseudo-trotskista não trabalham para combater as ilusões democráticas, pelo contrário, arrastam os explorados por detrás da democracia burguesa. A democracia burguesa não é outra coisa que a ditadura de classe da burguesia.

Nós entendemos que a possibilidade de ter um espaço em um meio de comunicação de massa, é uma grande oportunidade para propagandizar, métodos, programa, ou seja, lutar contra as ilusões democráticas. Os meios de comunicação nas mãos da burguesia são uma arma poderosa para controlar as massas, como dizem são formadores de opinião. Não basta denunciar o governo e sua política, dessa tarefa podem se encarregar os partidos ditos “progressistas” como o de Pino Solanas, que são especialistas em denunciar as negociatas do governo, os números, etc. Nós revolucionários devemos nos diferenciar destes partidos colocando uma estratégia revolucionária, explicando que sem destruir o modo de produção capitalista é impossível a redistribuição da riqueza, e que é também impossível que um governo democraticamente eleito possa levar a frente às tarefas demo-

Bolívia:

Governo mancha suas mãos com o sangue operário

Repressão contra os mineiros de Kaihuasi para levantar o bloqueio deixou um morto e vários feridos. Viva a luta independente dos trabalhadores! Abaixo o circo democrático-burguês do referendo revogatório!

Mineiros e professores deixam de lado a farsa do referendo e ganham as ruas e estradas para lutar por uma nova lei sobre as pensões, baseada no princípio da solidariedade.

Para ser sustentável ao longo do tempo, esta lei que devemos impor pela ação direta, deve incluir contribuições dos patrões e do Estado.

É o início da luta independente dos trabalhadores, derrubará por terra a mesquinha luta politiquêira entre reformistas pró-burgueses e opositores direitistas pelo controle do poder político.

Para as ruas, por terra, pão e trabalho!

Mineiros de Huanuni decidiram bloquear estradas e marchar para La Paz

Na assembléia geral do sábado, 2 de agosto, na presença do contingente que regressou de La Paz e que derrotou os setores que propunham declarar uma trégua das mobilizações até depois do referendo revogatório (agosto 10), a grande maioria dos trabalhadores de base, decidiram bloquear estradas em vários pontos, e marchar para La Paz na segunda-feira 4 de agosto. A posição firme dos mineiros deste distrito é radicalizar as manifestações até

cráticas pendentes. É interessante como reaparece o debate sobre o programa de consumo interno e consumo externo.

Possivelmente os meios de comunicação de massa não dariam um espaço para um grupo falar sobre a revolução, mas se a intervenção não consegue se diferenciar dos partidos burgueses é inútil, só confunde.

Na realidade, o poder público do PO significaria um governo democraticamente eleito, através das eleições burguesas, que depois de chegar ao poder manteria intacto o Estado burguês e suas instituições (Executivo, Legislativo e Judiciário), ou seja, a propriedade privada. Essa é a política reformista utilizados pelo PO. A prova é que na última eleição, depois de reivindicar a nacionalização do comércio exterior, salários de dêem para comprar a cesta básica familiar, etc., conclui, chama os trabalhadores a votar no PO, sem dizer que isto por si só não muda nada. Não será através de meios democráticos, tais como eleições ou do parlamento, que os explorados imporão suas reivindicações vitais. Nós convidamos os valorosos militantes do PO a romper com a política reformista de sua direção e se colocarem na defesa de uma política revolucionária.

Os explorados não devem ser enga-

nados pelos partidos centristas, reformistas e os governos burgueses como o de Evo Morales (Bolívia), Chávez (Venezuela) etc., que hipocritamente defendendo a nacionalização, continuam sendo, na realidade, agentes do capital nacional e do imperialismo.

O POR nasceu na Argentina a partir de um grupo de militantes que conseguiram romper com o burocratismo, logo que o PO iniciou seu caminho reformista no final da ditadura, com o advento da democracia. Temos recuperado (através da experiência do POR boliviano) o programa para a revolução proletária. Por isso afirmamos que frente aos conflitos interburgueses nós explorados devemos nos organizar e lutar com uma política independente. Defender as reivindicações através da ação direta, das greves, das ocupações de fábricas, terras etc. Construir seu próprio partido, o POR cujo objetivo estratégico é a destruição do Estado burguês pela revolução social, insurreição armada das massas e da formação de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Construir o partido mundial da revolução socialista (Quarta Internacional) para destruir capitalismo em nível mundial.

(Extraído do Jornal “Masas” Argentino de Agosto de 2008)

arrancar do governo uma nova Lei de Pensões solidária.

Um forte contingente policial impediu que chegassem à cidade de La Paz.

A posição destes operários é notável porque ela ultrapassa o viés político que a burocracia sindical tem tentado impor para as bases: considerar Evo Morales um “mal necessário”, que devemos ratificá-lo no referendo como a única forma de derrotar a direita. Os trabalhadores mineiros, assim como os explorados de outros setores, pouco a pouco estão chegando à conclusão de que o referendo é um circo que não leva a nada, ele é simplesmente um novo posicionamento político entre os setores em luta da politicagem burguesa. Que absolutamente não resolverá o problema da pobreza, do desemprego, dos preços elevados dos produtos de primeira necessidade etc., que estão golpeando duramente os setores economicamente mais pobres.

Sem dúvida, a presença combativa dos mineiros em La Paz e sua mobilização nas estradas impulsionará esta luta que a nível nacional e impedirá qualquer tentativa da burocracia oficialista de negociar com o governo sem terem sido atingidos os objetivos fundamentais do movimento operário. Os trabalhadores mobilizados devem ficar atento aos movimentos dos oficialistas que esperam que combatentes baixem a guarda e, depois, recorrendo ao cansaço, venham a capitular frente ao governo.

(Extraído do Masas boliviano nº 2093 de 08/08/08)

O Referendo Revogatório

Uma farsa que afunda

Havíamos assinalado que as massas exploradas, que suportaram, e ainda o fazem, estoicamente o agravamento de suas condições materiais de vida, começam a diferenciar-se do governo e de suas imposturas “revolucionárias” e a radicalizar-se” para a esquerda sem confundir-se com a conspiração direitista trincheirada nas regiões da “Meia Lua”.

O governo, como todo governo burguês reformista, vem utilizando a conspiração direitista como um espantalho para frear as reivindicações dos trabalhadores e os brotos de descontentamento popular, com o argumento fútil de que toda ação ou mobilização contra o governo, ainda que se trate de reivindicações legítimas, assinala, faz o jogo da direita e seus protagonistas se convertem em aliados da reação fascista.

O fato objetivo é que o governo, supostamente “popular” e até “revolucionário” e “antiimperialista, não pode atender às reivindicações dos explorados e muito menos resolver as bases materiais da opressão capitalista no país: concentração da terra nas mãos dos latifundiários no oriente, minifúndio improdutivo no ocidente, subordinação ao capital financeiro imperialista na exploração dos recursos naturais, precário desenvolvimento industrial, ausência total da indústria pesada, desemprego massivo, salários de fome, enfim: atraso.

A política do governo é franca e declaradamente pró-burguesa, em consequência, defensora do sistema de opressão capitalista, no qual só aspira introduzir limitadas reformas para amenizar um pouco a opressão sobre os explorados. Evo – o cocaleiro pequeno-proprietário -, sonhou com a ajuda dos opressores nativos e estrangeiros os quais considerava seus “sócios”, mas só recebe paulada da parte deles.

Não resta dúvida que, frente à conspiração direitista, é dever dos revolucionários convocar os explorados a organizar-se e mobilizar-se para esmagá-la, nesta luta pode-se, circunstancialmente, tomar ações junto ao governo contra os fascistas mas, ao mesmo tempo, assinalar aos explorados as limitações do reformismo e que sua política não é suficientemente profunda para conduzir à libertação nacional. Agora este não é o caso, simplesmente porque o governo do MAS é absolutamente incapaz de enfrentar seriamente as facções de direita, proclama

Referendo na Bolívia

Posição do POR boliviano trotskista e das esquerdas que se dizem trotskistas

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) caracterizou, desde o início, o governo Evo/MAS como burguês e incapaz de enfrentar as multinacionais. Criticou a farsa das nacionalizações e de sua política de reformas. Dizia que o governo do MAS faz todos os esforços para conseguir se “associar” com as multinacionais e, com isso, continua entregando os recursos naturais do país ao capital imperialista.

Denunciou a conduta de Evo de querer dar a impressão de que executa um processo de mudança estrutural, quando na verdade não toca no regime de propriedade dos meios de produção. Levantou a bandeira de rechaço à manobra eleitoral, aos estatutos

separatistas da direita e à Constituição reformista burguesa do MAS.

Chamou os explorados a não acreditar na Constituição ou nos estatutos (leis), porque não mudarão a realidade econômica e social do país. Dizia assim: “A lei do voto, em última instância, a “democracia”, que na Bolívia não existe, nunca solucionou nada e as leis servem unicamente para as classes dominantes, nunca para os pobres”.

Denunciou o plano conspirativo da burguesia fascista e racista, que atua por meios dos Comitês Cívicos e dos governadores da “Meia Lua”, que usam os argumentos das autonomias, para tentar derrubar o governo.

Mostrou o desespero de Evo para conse-

aos quatro ventos que tem tido toda paciência do mundo para tolerar-lhes todas as tolices sem tocar-lhes em um só fio de cabelo, em troca, demonstrou absoluta intolerância com as ações dos explorados, que vem reprimindo brutalmente.

Os explorados devem compreender que somente um movimento revolucionário, dirigido pelo proletariado, é capaz de emancipar o país da opressão imperialista e da exploração burguesa e passar por cima do reformismo burguês levantando as bandeiras da luta política independente revolucionária, liderada pela classe operária.

O referendo revogatório, que finalmente parece que será levado a cabo no domingo de 10 de agosto, é a mais repugnante expressão da crise inter-burguesa entre os reformistas e direitistas pelo controle do poder político. É uma palhaçada em que os próprios palhaços estão conscientes da inutilidade da farsa. Os fascistas temem que o resultado da consulta acabe potenciando o governo e têm feito todo o possível por evitá-lo, em que pese que foram eles os que, em uma de suas bravatas, lançaram o desafio ao governo.

O governo e a oposição não contavam que amplos setores de trabalhadores (mineiros, professores etc) surgissem no cenário sem se importar com o referendo para defender com força o problema da anulação da Lei das Pensões, exigindo uma nova lei baseada no princípio da solidariedade.

Este fato é de grande importância porque marca o começo da rebelião dos explorados contra a impostura masista e a conspiração direitista.

A luta independente dos trabalhadores não deve se limitar unicamente a este aspecto, deve aprofundar-se para exigir terra, pão e trabalho para todos.

Fora as multinacionais da Bolívia;

Expropriação dos latifúndios e superação do minifúndio para constituir fazendas coletivas comunitárias;

Salário mínimo vital e escala móvel de salários;

Livre cultivo da folha de coca;

Propriedade social sobre os grandes meios de produção, sob o controle operário coletivo.

guiar um acordo com os governadores, sobre a base do respeito à propriedade privada, à legalidade e à democracia burguesas, chegando ao ponto de se dispor a compatibilizar o Projeto de Constituição aprovado na Constituinte com os Estatutos Autônomicos feitos pelas oligarquias regionais, vinculadas aos interesses do imperialismo.

Denunciou que a disposição de Evo ao diálogo com os governadores direitistas a confirmava a posição porista de que o governo masista é burguês pela política que desenvolve, entre ele a oposição direitista não existem discrepâncias de fundo, são irmãos de sangue, defensores do sistema de exploração e opressão capitalistas.

Afirmava, em fevereiro de 2008, que estava aberta a possibilidade de um acordo entre os aparentemente irreconciliáveis inimigos: o governo e a burguesia nativa da região oriental da Bolívia. E conclamava os explorados a esmagar a direita fascista e passar por cima dos lacaios reformistas do MAS, para materializar a revolução social, que acabe com o poder da burguesia e das multinacionais eliminado a propriedade privada sobre os meios de produção e instaurando a propriedade social.

O POR realizou uma campanha contra o Referendo Revogatório. Ergueu a bandeira: “Com a Revolução Social ganharemos! Com a democracia dos ricos sempre perderemos!. Propagandeou de que a política de diálogos e referendos é a política da incapacidade para esmagar a burguesia entreguista. Dizia que o caminho da derrota são os referendos, constituintes, diálogos, enfim tudo o que significa a “revolução pacífica na democracia”. E que para liquidar a Meia Lua fascista e toda burguesia entreguista e expulsar o imperialismo é preciso organizar-se, armar-se para fazer a revolução social, para impor o governo operário camponês.

Repetiu, insistentemente, que o reformismo de Evo/MAS, está condenado ao fracasso, ou será engolido pela direita, ou ele mesmo terá de se direitizar, para preservar a integridade da ordem social burguesa.

Coerente com o programa revolucionário, o POR foi categórico ao não apoiar o governo Evo no referendo. Ao contrário, ampliar a luta direta pelas reivindicações das massas exploradas e pelo fim do regime burguês.

A CUT/PT arrastou a Corrente O Trabalho

A burocracia da CUT, em sua 12ª Plenária Nacional, convidou a cónsul geral da Bolívia, Shirley Orozco, para se solidarizar com o governo de Evo Morales. A consulesa enalteceu o assistencialismo de Evo e conclamou a solidariedade para “isolar os golpistas e fascistas”. O resultado foi a realização de um ato, dias antes do referendo.

A Corrente O Trabalho tomou a frente e cravou suas tintas na defesa de Evo/MAS. O Trabalho, que se reivindica do trotskismo, vinculada internacionalmente às posições do falecido Pierre Lambert, causa asco em qualquer militante classista com sua adesão à burocracia petista, que se posta em defesa de um governo que autoriza a polícia a atacar mineiros, camponeses e professores em luta.

O PSTU e o Referendo

O PSTU, em seu jornal Opinião Socialista,

de nº 347, criticou organizações (citou a CSU-TCB, Fejuve, COR-El Alto, Federação Bartolinas etc) e partidos de esquerda (citou o Partido Comunista) que saíram em apoio ao governo Evo. Dizia assim: “Esta posição nos parece errada, porque não se propõe a enxergar o que vai ocorrer após 10 de agosto, não denuncia a intenção do governo de voltar a negociar com a direita e não propõe nenhuma exigência ao governo... ”.

O leitor poderia concluir que o PSTU era contra o apoio a Evo no referendo. Mas logo vê que está sendo enganado. Eis a conclusão: “Não estamos com o Não a Evo proposto pela oligarquia. Também não estamos em prol do voto em branco ... porque significa não se pronunciar nesta batalha contra a direita, na prática acaba sendo um apoio silencioso a ela”. E termina assim: “Chamamos os operários, os camponeses e a juventude a revogar os prefeitos (governadores), porque não melhoraram as condições de vida dos trabalhadores e o povo de suas províncias, e dar um voto crítico a Evo”.

Quem não conhece e vive na prática a política centrada do PSTU, acha que está diante de uma corrente confusa ou que não sabe o que está falando. Ataca o Evo, diz que voltará a negociar com a direita, critica as correntes que apóia o Sim sem fazer exigências e acaba se juntando a eles com o argumento de que é preciso derrotar a direita.

Que exigência se pode fazer a um governo que já se mostrou mais do que suficientemente incapaz de combater a direita burguesa, o imperialismo e que, por isso, convoca os adversários dos camponeses, das nacionalidades índias e dos operários ao diálogo, à negociação e constituir um pacto? Qualquer exigência a Evo para justificar apoio a seu governo não passa de uma grosseira manobra. O argumento mais significativo é o de que votando em Evo se pretende derrotar a direita. No entanto, também nesse caso estamos diante de uma falsa formulação. Não se derrotará a direita pelo referendo; não se derrotará os governadores da Meia Lua mantendo um governo disposto ao diálogo; não se derrotará os inimigos dos explorados fazendo exigência ao governo Evo e se arrastando atrás de sua política de referendos.

PO da Argentina chama a votar em Evo

O POR boliviano denunciou o Agrupamento Marxista Revolucionário, dirigido politicamente pelo Partido Obrero da Argentina, e as conferências realizadas por Coggiola e Rath, ligados ao PO, de se enfileirarem por detrás de Evo. Eis aqui: “Na Bolívia, dizem, as massas não superaram Evo, então há que se colocar ao

nível delas e chamar a votar em Evo”. Não bastando isso, os seguidores de PO, apresentaram uma plataforma pequeno burguesa nacionalista. Entre os pontos está a defesa de uma “Nova Constituição e nova Constituinte, convocada pelas organizações operárias e camponesas”.

Estamos diante de um apoio em que se faz exigências ao governo Evo. Exigências que o PSTU consideram como necessárias para se votar no Sim. Certamente, o PSTU poderia apresentar outro tipo de exigências e até criticar as do PO. Ocorre que o apoio ao referendo constitui uma posição oportunista frente a um governo que se sujeita às condições políticas ditadas pela direita e pelo imperialismo. Não se derrotará a reação fascista por essa via e sustentando um governo que ataca as greves e os bloqueios com a polícia e o exército.

Evo saiu vitorioso. E agora?

O MAS sabia que a possibilidade de derrota seria mínima. O referendo, que foi um desafio dos governadores da Meia Lua lançado a Evo, serviu de instrumento para o MAS mostrar que o melhor caminho para superar a divisão interburguesa era o diálogo. No fundo, para o governo, quem votou no Sim estava votando pela solução democrática do conflito. O que é a solução democrática? É um reordenamento das forças burguesas em choque por meio das instituições do Estado.

As massas foram enganadas com a propaganda de que estaria votando contra os fascistas e os racistas de Santa Cruz, Tarija etc. Se se quer derrotar um movimento fascizante, golpista e divisionista do país, é necessário organizar as massas oprimidas, com seus próprios métodos, e armá-las contra a violência reacionária da direita. É exemplar o fato dos governadores e seus bandos impedirem Evo de realizar simples discursos eleitorais em seus estados. Esse ato de força ocorreu justamente no momento em que Evo estava agarrado nas ilusões do SIM e do NÃO. O governo se mostrou acovardado.

Terminado o pleito com sua vitória, Evo convocou os inimigos que o enxotaram de seus estados a compor uma negociação. Está claro que as massas famintas que enfrentam os exploradores não votaram pelo SIM para que o governo dê às mãos àqueles que querem derrubá-lo. As correntes de esquerda – PO, O Trabalho, PSTU – que se lançaram pelo SIM obscureceram o sentido fundamental do referendo: reconstituir a unidade burguesa contra a maioria oprimida. Alerta: são essas correntes ditas trotskystas que difamam o POR boliviano com a pecha de nacionalista.